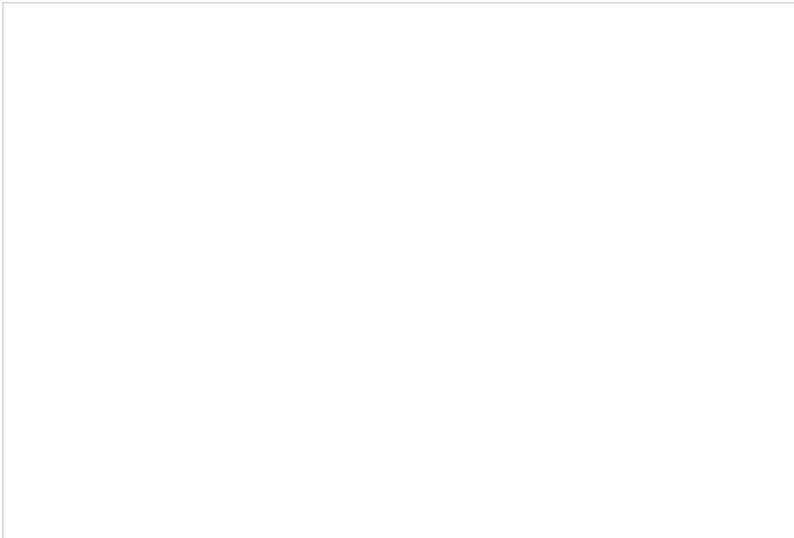




30/06/2017 17:59 - Trabalhadores, centrais sindicais e movimentos sociais fazem nova greve geral contra reformas da Previdência e trabalhista



Trabalhadores, movimentos sociais e centrais sindicais voltaram às ruas nesta sexta-feira (30), para mais uma Greve Geral. Em Porto Velho, mais uma vez a concentração aconteceu na praça das três caixas d'água, no centro da capital, a adesão foi menor que a primeira Greve Geral, realizada em abril deste ano.

O professor e presidente do Sindicato dos Professores de Instituições de Ensino Superior Privadas de Rondônia, se posicionou contra as reformas da previdência e trabalhista que estão tramitando no Congresso Nacional.

Ainda de acordo com o professor o movimento apesar de ter a presença das centrais sindicais é apartidário, ele defende que reformas sejam feitas, mas que não tire os direitos dos trabalhadores

Na manifestação, os trabalhadores da Defensoria Pública da União (DPU) pediram a reestruturação da defensoria e apoio ao Projeto de Lei 7922/2014.

Assim como em abril os manifestantes saíram em passeata pelas principais avenidas do centro da capital.

Em Porto Velho a organização não divulgou o número de participantes. A Polícia Militar (PM) também não fez um balanço do número de manifestantes no local.

Centrais sindicais e movimentos sociais convocaram para hoje (30) uma nova greve geral em protesto contra as reformas da Previdência e trabalhista. Esta é a segunda greve geral nacional convocada pelas centrais sindicais.

A primeira ocorreu no dia 28 de abril, quando trabalhadores de várias categorias pararam em diversas cidades do país. Na ocasião, houve bloqueio de vias e rodovias e confronto entre policiais e manifestantes.

De acordo com o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, as reformas propostas pelo governo federal trazem riscos para os trabalhadores e para o país. “Não vai ter geração de emprego, vai ter bico institucionalizado. Vai ser o fim do emprego formal, que garante direitos conquistados, como férias e décimo terceiro salário”, diz Freitas. Na última quarta-feira (28), houve aprovação do parecer favorável à reforma trabalhista na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, diz que a ideia do movimento é tentar pressionar o Congresso Nacional para ampliar a negociação sobre as reformas. “As paralisações e manifestações são os instrumentos que estamos usando para pressionar e ter uma negociação mais séria em Brasília que não leve a um prejuízo aos trabalhadores”, diz.

O governo federal argumenta que as reformas são necessárias para garantir o pagamento das aposentadorias no futuro e a geração de postos de trabalho, no momento em que o país vive uma crise econômica. O argumento é que, sem a aprovação da reforma da Previdência, a dívida pública brasileira entra em “rota insustentável” e pode “quebrar” o país”, como disse o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Sobre a reforma trabalhista, o governo afirma que a proposta moderniza a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. E que as novas regras, como a que define que o acordo firmado entre patrão e empregado terá mais força que a lei, estimulará mais contratações.

Adesão

A adesão dos trabalhadores nesta greve poderá ser menor do que a registrada na paralisação do dia 28 de abril, porque em diversas cidades os empregados do setor de transportes decidiram não aderir por causa das multas em recebidas pela greve anterior.

“Teremos dificuldade de paralisação em serviços de transporte, que é a espinha dorsal de qualquer paralisação nacional, porque na outra greve muitos sindicatos sofreram multas”, disse Juruna. As centrais não informaram um levantamento com

quantas categorias devem parar e em quais estados.

Fonte: Redação

Notícias RO